

A Gestão da Extensão Universitária: Uma Nova Sinergia Entre os Três Pilares da Educação Superior Universitária.

Autoria: Luciane Duarte da Silva

Resumo

O artigo propõe uma discussão sobre a relação da extensão universitária com o ensino e a pesquisa a partir de uma visão sistêmica de gestão nas Instituições de Ensino Superior (IES), em especial, as particulares. Atualmente discute-se uma extensão universitária que permita a interação dialógica com a sociedade, uma atuação interdisciplinar e interprofissional, uma prática extensionista indissociável ao ensino e a pesquisa, que cause impacto na formação do estudante e proporcione efetivas transformações sociais. A contribuição científico-social que se discute neste trabalho é a proposta de uma nova sinergia entre os três pilares da educação superior universitária.

Palavras-chave: Extensão universitária. Administração. IES privadas.

1. Introdução

O artigo propõe uma discussão sobre a relação da extensão universitária com o ensino e a pesquisa a partir de uma visão sistêmica de gestão nas Instituições de Ensino Superior (IES), em especial, as particulares.

Os atuais diálogos sobre o tema indicam a necessidade de interpretação dos cenários para uma visão estratégica na gestão das universidades.

Originalmente, a extensão universitária assumiu o caráter de oferta de cursos livres abertos à sociedade, mais tarde conhecida como prestação de serviços, assessorias, ação comunitária e assistencialismo. Atualmente discute-se uma extensão universitária que permita a interação dialógica com a sociedade, uma atuação interdisciplinar e interprofissional, uma prática extensionista indissociável ao ensino e a pesquisa, que cause impacto na formação do estudante e proporcione efetivas transformações sociais.

Os impactos da extensão universitária proporcionam vantagens competitivas, de um lado, ao agregar valor ao ensino e ao estimular a pesquisa a partir de uma visão crítica da realidade e de outro, a IES passa a ser reconhecida e legitimada pela sociedade pela sua atuação comprometida com o seu entorno.

De acordo com dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2011), o setor privado em 2010 foi responsável por aproximadamente 75% das matrículas nas modalidades presencial e a distância. Ao analisar o atual sistema de ensino brasileiro percebe-se nos últimos anos, após uma fase de grande crescimento principalmente no setor privado (década de 1990 até meados de 2005), uma estagnação no crescimento do número de matrículas. Uma tendência que acompanha esta condição de equilíbrio é justamente a possibilidade de migração dos estudantes entre as IES e consequentemente um aumento das estratégias de captação de estudantes por parte das IES.

Partindo deste cenário, as IES, especialmente as privadas, estudam formas de manterem-se atrativas no mercado. Um dos caminhos para se alcançar esta vantagem competitiva se dá por meio da percepção do estudante em relação ao quesito qualidade. O antigo problema da dificuldade do acesso ao ensino superior foi parcialmente superado. A situação é outra; os estudantes estão mais críticos, com maior poder de escolha. A ampliação do acesso à informação por meio da tecnologia, o crescimento econômico da classe C e a preocupação com uma melhor colocação no mercado de trabalho são evidências de mudanças no cenário acadêmico do setor privado.

A avaliação regular executada pelo Ministério da Educação (MEC) pontuando os cursos, as IES e avaliando a formação do estudante para além do tecnicismo são importantes variáveis que ajudam na escolha dos ingressantes.

Outro movimento importante no setor privado é a fusão de grandes grupos educacionais, inclusive internacionais seguindo as tendências de globalização mundial dos demais setores.

De outro lado, eventos recentes como a formalização da proposta ao MEC de um Plano Nacional de Extensão elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores da Universidade Públicas, a criação do primeiro curso no país *lato sensu* em extensão universitária refletem um cenário de possíveis mudanças na gestão da extensão da universidade brasileira.

O curso de especialização em extensão universitária foi uma iniciativa articulada pelos fóruns de extensão das universidades públicas, comunitárias e particulares com o apoio da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais), representada por cerca de trinta IES de todo o Brasil. De forma compartilhada ampliam o diálogo junto ao MEC no sentido de institucionalização e profissionalização da extensão universitária brasileira.

Produções acadêmicas socializadas por meio de congressos específicos do tema, como o CBEU (Congresso Brasileiro de Extensão Universitária) e Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária são importantes eventos da área que contribuem para a discussão teórica e empírica da práxis extensionista no Brasil e na América Latina.

Perceber o cenário de mudança e entender a extensão universitária de forma estratégica nas organizações é fundamental para a gestão das IES.

Este artigo caminha neste sentido, proporciona informações para uma gestão atenta aos cenários do ensino superior brasileiro e sua consequente reformulação no tratamento da extensão e sua articulação com o ensino e a pesquisa.

2. Referencial teórico

A partir da necessidade de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, está uma interlocutora denominada Extensão Universitária.

De acordo com a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), art. 43, inciso VII, uma das finalidades da educação superior é “promover a extensão aberta à participação da população, com o objetivo de difundir as conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996). No entanto, existem lacunas quanto à forma como a universidade deve cumprir esta legislação.

A lei garante a autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial das universidades que, por meio de seus colegiados, decidem dentro de seus recursos orçamentários as atividades de extensão a serem executadas, conforme descrito no artigo 53 da Lei 9.394.

Conforme afirma Sousa (2010), a forma da extensão universitária foi alterada ao longo da história de acordo com os sujeitos de sua prática. Com isso, o conceito e a metodologia ainda são muito dependentes da visão política da universidade a qual pertence, gerando, naturalmente muitos entendimentos individuais e diversas metodologias de atuação.

De acordo com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU), que é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, a extensão é compreendida como: “o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade [...]”. (BRASIL, 2011)

Nos processos avaliativos das Instituições de Ensino Superior (IES), um dos aspectos considerados é justamente a integração social, ou seja, o grau de inserção da instituição por meio dos programas de extensão e outras ações extensionistas. Este aspecto consta no Decreto n.º 2.026, de 10 de outubro de 1996. (BRASIL, 1996)

As IES públicas e privadas estão organizadas em fóruns representativos. A criação destes espaços, objetiva discutir aspectos da extensão universitária e propor ao poder público políticas que institucionalizem a extensão universitária quanto à conceituação, operacionalização, financiamento e avaliação para além das universidades públicas.

A concepção política de extensão universitária mais atual, publicada em julho de 2012 pelas universidades públicas está registrada na Política Nacional de Extensão Universitária, um documento que faz uma série de propostas ao Ministério da Educação com as particularidades das universidades públicas. Ainda que não seja um documento representativo com as especificidades das comunitárias e das particulares, não deixa de ser uma referência quanto ao conceito e as diretrizes de extensão universitária.

A Extensão Universitária é reconhecida como a função da universidade que amplia a democratização do conhecimento no momento em que extrapola os muros das IES. No

relacionamento com a sociedade, oxigena as demandas de pesquisa, ao mesmo tempo em que contribui para a formação crítica e cidadã dos estudantes. Conhecer a gestão da extensão torna-se fundamental para se pensar uma universidade comprometida a atuante nas transformações sociais.

2.1 Extensão Universitária: história, concepções e indissociabilidade

A história da extensão está diretamente relacionada ao da própria universidade, visto que o surgimento desta está vinculado a uma necessidade da sociedade. Com isso, ora mais próxima, ora menos, o vínculo com a sociedade sempre foi mantido.

Segundo Braga (2011), os primeiros registros que fazem referência à prática docente são encontrados na Grécia por volta do século V a.C. Profissionais remunerados eram responsáveis pela formação completa de jovens que lhes eram confiados antes mesmo da existência de escolas como instituições. Os romanos incorporaram tais práticas e com o advento do cristianismo no século VI d. C. a Igreja Católica torna-se a principal responsável pelo ensino na Europa continental.

Manifestações estudantis surgiram para que o ensino se desvinculasse do bispo e do rei, possibilitando a abertura de espaço ao pensamento científico e racional, no lugar do espiritual e dogmático. As primeiras universidades a adquirirem a independência da igreja, foram as francesas e as inglesas, concedidas pelos seus monarcas, por volta de 1240.

Segundo Sousa (2010), o ensino era a principal preocupação da Universidade Medieval, com exceção à Francesa que se preocupava com o ensino especializado ao segmentar suas faculdades de acordo com as profissões pretendidas.

Com o advento da Revolução Industrial no século XVIII, uma nova concepção de educação voltada para a prestação de serviços e atendimento à comunidade foi evidenciada. Nesta época, existia necessidade de formação continuada e formação profissional decorrentes das mudanças na sociedade. Transitavam de sociedade essencialmente agrária e camponesa para industrial e urbana. A universidade inglesa preocupou-se com a formação técnica que o novo modo de produção exigia. Já a universidade alemã, com a criação da Universidade de Berlim, destaca-se pela pesquisa e cursos de pós-graduação, desde 1810. (SOUSA, 2010)

As Universidades Populares da Europa surgiram no século XIX, especialmente na Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália. Seu principal objetivo era difundir conhecimentos técnicos ao povo a partir de iniciativas de alguns intelectuais interessados em se aproximar da classe excluída. Já nos Estados Unidos tais iniciativas surgiram de instituições oficiais. Neste país, as primeiras experiências extensionistas surgiram a partir de 1860 e apresentavam duas propostas diferenciadas: a extensão cooperativa ou rural e a extensão universitária ou geral, caracterizando-se especialmente pela ideia de prestação de serviços. (ROCHA, 1986)

Conforme afirma Serrano (2011, p. 27) "a definição de um modelo de universidade está intimamente ligado ao seu modelo de sociedade". É necessário considerar da mesma forma o seu contexto histórico.

O início do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, de acordo com Cunha (1986), ocorreu a partir do período imperial. Este autor indica três fatores que influenciaram a criação tardia da universidade brasileira ocorrida somente no início do século XX. A colonização e catequização dos índios brasileiros quando comparados com a colonização espanhola que não encontrou resistência e nem o uso de armas; a possibilidade de enfraquecimento da universidade de Portugal, que era composta pela Universidade de Coimbra, Colégio de Évora e de Lisboa; e por fim, a intenção de submissão à metrópole por meio do envio de estudantes brasileiros de nível superior a Portugal.

Com a vinda da família Real ao Brasil, os investimentos na educação são ampliados. De acordo com Cunha (1986) o cenário para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil

ocorreu a partir de três características: (a) a criação das universidades ocorre inicialmente a partir da junção de faculdades isoladas o que já indica problemas de colaboração entre as unidades; (b) até o período imperial foram criadas somente universidades estatais, porém após a proclamação da República e ação política dos liberais e positivistas foram permitidas a partir de 1889 a criação de faculdades privadas e por fim; (c) de acordo com o primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras em 1931 para se conquistar o status de universidade a instituição de ensino superior precisaria reunir três das quatro unidades: Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia, Faculdade de Direito, Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

O decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, normatiza pela primeira vez a extensão universitária com as seguintes características: (a) operacionalização por meio de cursos e conferências (artigo 42); (b) funcionamento sujeito à prévia autorização do Conselho Universitário (artigo 42); (c) o conteúdo dos cursos seriam de interesse à vida coletiva, individual ou nacional (artigo 42 parágrafo 1º) com vistas à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos (artigo 109); (d) poderiam ser realizados por qualquer instituto de ensino técnico ou superior, secundário ou primário que tivesse condições de receber um grande público (artigo 42 parágrafo 2º). (BRASIL 1931)

Neste primeiro registro nota-se a extensão sob a forma de cursos como veículo para a difusão do conhecimento produzido na universidade. Um conhecimento vinculado a um processo de ensino aprendizagem, que deveria ser entregue à sociedade como parte da vida social da universidade.

A partir da década de 1940 ocorreu uma expansão da rede de ensino de nível médio. A aceitação da mulher no mercado de trabalho aumentou e os cursos das faculdades de Filosofia tiveram grande procura, especialmente pelas que se dedicariam ao magistério. (OLIVE, 2002)

No início dos anos 1960, alguns fatos evidenciaram a necessidade de revisão na estrutura da universidade, tanto em relação à pesquisa quanto à extensão. A pesquisa sofreu a influência direta de pesquisadores estrangeiros que vislumbravam referências nos modelos de pesquisa alemã e norte-americano. Em relação à extensão, a criação dos Centros Populares de Cultura envolviam estudantes e professores em atividades de alfabetização de Adultos que aproximavam a universidade da sociedade.

No período populista (1945/64) ocorreu um grande processo de integração do ensino superior. Diversas Faculdades passaram a se integrar para formar as universidades. Grande parte delas foi federalizada no período da Nova República formando 22 universidades. Cada capital contou com uma universidade federal além de 9 universidades religiosas, dentre elas 8 católicas e 1 presbiteriana. “Nesse período, a universidade ou era gratuita ou era paga, mas a instituição que cobrava pelos serviços educacionais não tinha nem poderia ter fins lucrativos” (CALDERÓN, 2000 p. 62).

As primeiras iniciativas de universidades com fins lucrativos iniciaram timidamente após o regime militar ainda como estabelecimentos isolados de pequeno porte criados entre 1968 e final da década de 1980. Eram caracterizados pela “mera transmissão de conhecimento e pela questionável qualidade”. (CALDERÓN, 2000 p. 63)

Diante do acesso restrito às universidades públicas e ao alto custo de algumas universidades de elite, em sua maioria comunitárias, as universidades com fins lucrativos enxergaram uma grande oportunidade de mercado. Estas universidades são denominadas por Calderón (2000) como universidades mercantis, criadas de forma mais acentuada a partir do final da década de 1980.

[...] as primeiras universidades mercantis criadas para conquistar uma fatia do mercado, liberando dessa forma pontos de tensão existentes em um sistema elitista que não conseguia atender às demandas de segmentos

populacionais que almejavam ser incluídos no sistema universitário. (CALDERÓN, 2000 p. 64)

Diante do aumento exponencial do número de instituições de ensino superior com propagandas agressivas para conquistar o mercado, e preocupados com a qualidade de ensino destas IES, o governo reage por meio da instituição de mecanismo de avaliação das IES, dos estudantes e dos cursos por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e permanece até os dias atuais (BRASIL, 2004).

Quanto às concepções, a extensão universitária que conhecemos atualmente é problematizada pelos seus múltiplos sentidos. É desafiadora ao ser concebida como assistencialista em sua gênese e atualmente ser defendida como um veículo de relação transformadora, ou seja, pensa o sujeito como o agente de sua própria transformação. Entre este primeiro estágio e o atual, a extensão universitária percorre o sentido de cursos abertos à comunidade com forte atuação cultural, cursos de especialização como uma forma de educação continuada, inserções pontuais na comunidade, prestação de serviços, entre outros.

De acordo com Serrano (2011), a partir da década de 60 duas grandes influências contribuem para a ideia de extensão universitária, de um lado as influências acadêmicas de Paulo Freire com sua vasta experiência em alfabetização de adultos e cultura popular, e de outro as contribuições do Movimento ou Reforma de Córdoba ocorrido em 1918. Este movimento foi importante para que se estabelecesse “uma prática universitária vinculada aos problemas locais e com uma forte vertente popular”. (SERRANO, 2011, p. 29)

Bernheim (2001) esclarece que sob o comando de Napoleão Bonaparte, a universidade francesa alterou sua ênfase para uma formação voltada ao atendimento das demandas da sociedade, *profesionales*, de acordo com o autor. A função de investigação científica e a cultura ficaram em segundo plano o que culminou em uma grande crise de identidade da universidade. Para as universidades latinoamericanas esta crise pensada principalmente por sociólogos e historiadores sobre a universidade do século XX culminou em uma grande manifestação denominada Reforma de Córdoba

Ademais, para além do contexto acadêmico, este movimento tem suas razões socioeconômicas e políticas. O acesso às universidades e o controle desta, estava sob domínio do clero e de latifundiários. A classe média almejava o acesso à universidade, pois via uma oportunidade para ascensão política e social. A classe média foi então a principal protagonista deste movimento.

O fortalecimento da função social da universidade se consolidou por meio dos programas de Extensão Universitária e Difusão Cultural que já ocorriam historicamente desde as universidades medievais e foi um dos principais meios para se pensar uma universidade mais comprometida com os problemas sociais e aberta à sociedade.

Com esta abertura propiciada pela extensão universitária o estudante tem não apenas a oportunidade de familiarizar-se com os problemas em sua volta, mas também a de devolver, compartilhar com a sociedade parte do conhecimento produzido intramuros (Berheim, 2010).

Rocha (2001) registra o ponto central do discurso dos estudantes em 1918 na Argentina:

[...] los dolores que nos quedam, son las libertades que nos faltan. Creemos no equivocarnos, las resonancias del corazon nos advierten estarnos pisando sobre una revolucion, estarnos viviendo una hora amara. (CARTA LIMINAR DE CÓRDOBA, 1918, APUD ROCHA, 2001, P. 27)

A partir deste momento existe um grande marco acerca das reflexões sobre a intencionalidade da práxis da extensão universitária, a saber: a reflexão sobre o papel dos agentes envolvidos neste processo e os impactos e responsabilidades desta atuação, a percepção do receptor do conhecimento como um agente e não somente como um sujeito informado a respeito de algo. Reflexão esta, aprofundada pelo educador Paulo Freire ao valorizar o saber local em um ato de indignação contra a arrogância da imposição do saber acadêmico sobre o popular percebido em sua época e registrada no livro “Extensão ou Comunicação?” na década de 1960.

Sobre o saber empírico do homem comum que desperta a admiração de especialistas, Gonçalves (1976) afirma:

O homem comum tem muita coisa para ensinar, e não é à toa que o matuto-sertanejo, tímido, desconfiado, matuta, reflete, isto é, pensa, sobre a sua pobre realidade, mestra inigualável de grande saber empírico, que lhe dá, às vezes, um ar finório e matreiro diante dos especialistas que lhe invadem o domínio cultural de antolhos, sem humildade e pureza tão necessários aos caçadores da verdade científica. (A extensão pelo que se percebe, deve ser) uma forma de comunicação da universidade com a realidade do país e vice-versa, um processo de transfusão contínua e benéfica dos dois organismos. (GONÇALVES, 1976 APUD ROCHA, 1986)

Paulo Freire (1983) problematiza o termo extensão e o analisa em um campo associativo de significação valorizando o saber empírico.

O autor analisa a relação do extensionista rural, ou agrônomo, com os camponeses, portanto, em um contexto não urbano. Suas ideias contribuem para problematização do termo que historicamente é associado à entrega de um conhecimento pronto e acabado.

Da mesma forma Freire (1983) provoca a reflexão sobre o ato de estender e não comunicar. Estender, como a entrega de algo pronto e acabado em uma relação de superioridade de quem estende e inferioridade de quem recebe. De outro lado, está o comunicar como o ato de tornar comum, remete a uma relação de diálogo, de troca de saberes, de reciprocidade e equidade:

Transmissão; sujeito ativo (o que se estende); conteúdo (que é escolhido por quem se estende); recipiente (do conteúdo); entrega (de algo que é levado por alguém que se encontra ‘atrás do muro’, àqueles que se encontram ‘além do muro’, ‘fora do muro’. Daí se falar em atividades extramuros); messianismo (por parte de quem se estende); superioridade (do conteúdo que tem quem entrega); inferioridade (dos que recebem); mecanicismo (na ação de quem estende); invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete uma visão de mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem. (FREIRE, 1983, p. 12)

O autor ressalta a importância da valorização da história de vida, da cultura local e do processo ético dos envolvidos.

A extensão desde a sua origem reflete a preocupação com a propagação da cultura como uma forma de desenvolvimento social. Seja na disseminação de culturas estrangeiras como na valorização de sua própria. Para Schwartzman (1997) cultura é o acúmulo de conhecimentos e a capacidade de entender sentidos complexos nas ciências, nas artes e na literatura, é algo que se adquire e se cultiva. Para os antropólogos cultura é tudo aquilo que é específico e peculiar a uma sociedade.

Segundo Warnier (2003):

[...] a cultura é uma totalidade complexa feita de normas, de hábitos, de repertórios de ação e de representação, adquirida pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objeto de expressão discursiva em uma língua dada, fator de identificação dos grupos e dos indivíduos e de diferenciação diante dos outros, bem como fator de orientação dos atores, um em relação aos outros e em relação ao seu meio. Toda cultura é transmitida por tradições reformuladas em função do contexto histórico. (WARNIER, 2003, p. 23.)

Neste sentido na medida em que interage com a sociedade, a universidade torna-se participante da construção da cultura local por meio das atividades de extensão, dos resultados da construção do conhecimento compartilhado.

Melo Neto (2002) avança na reflexão sobre o sentido do trabalho na extensão como um trabalho social, ou seja, é “pelo trabalho social que se vai transformando a natureza e criando cultura. A extensão, tendo como dimensão principal o trabalho social, será produtora de cultura”. (MELO NETO, 2002 p.10)

Extensão, como trabalho social útil, passa a ser agora exercida pela universidade e por membros de uma comunidade sobre a realidade objetiva. Um trabalho coparticipado que traz consigo as tensões de seus próprios componentes em ação e da própria realidade objetiva. Um trabalho onde se buscam objetos de pesquisa para a realização da construção do conhecimento novo ou reformulações das verdades existentes. Esses objetos pesquisados são também os constituintes de outra dimensão da universidade: o ensino. É também um trabalho de busca de objeto para a pesquisa. A extensão configura-se e concretiza-se como trabalho social útil, imbuído da intencionalidade de pôr em mútua correlação o ensino e a pesquisa. Portanto, é social, pois não será uma tarefa individual; é útil, considerando que esse trabalho deverá expressar algum interesse e atender a uma necessidade humana. E, sobretudo, é um trabalho que tem na sua origem a intenção de promover o relacionamento ensino e pesquisa. Nisto, e fundamentalmente nisto, diferencia-se das dimensões outras da universidade, tratadas separadamente: o ensino e a pesquisa. (MELO NETO, 2002, p. 18)

O autor indica um caminho de diálogo sendo construído entre a universidade e a sociedade para uma realidade objetiva, uma união de esforços e aprendizagens para um objetivo comum, útil, social, intencional e articulador.

A universidade aberta aos problemas do seu entorno, forma um aluno atualizado que pensa a sua realidade e em contato com ela problematiza causas e consequências a partir da sua área de atuação. Pensa o social, o ecológico e o mundo do trabalho a partir de uma perspectiva cidadã e comprometida socialmente.

A extensão universitária em uma dimensão de mudança social, na direção de uma sociedade mais justa e igualitária tem obrigatoriamente de ter uma função de comunicação da universidade com o seu meio, possibilitando, assim, a sua realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e uma revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa. Deve representar, igualmente, um serviço às populações, com as quais os segmentos mais conscientes da universidade estabelecem uma relação de troca ou confronto de saberes. (ROCHA, 1986, p. 170)

No processo de realimentação citado por Rocha (1986) a universidade renova as suas questões de pesquisas sobre uma realidade concreta e útil.

Sobre a relação de troca de saberes entre a universidade e a sociedade, Demerval Saviani (1981) afirma:

[...] a função de extensão deveria significar a articulação da universidade com a sociedade, de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e aquilo que ela difunde através do ensino não ficasse restrito apenas àqueles elementos que conseguem ser aprovados no vestibular e que integram determinado curso objetivando se formar numa determinada profissão. Ao contrário, cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade. (SAVIANI, 1981, p.73)

A partir da década de 1990, meio a um processo histórico de retomada de consciência e força política, a universidade retoma a discussão e a organização em relação à extensão. Foram criados os fóruns de extensão das universidades públicas, comunitárias e particulares que avançam na discussão sobre o tema.

No I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas, em Brasília, ocorrido em 1987, as universidades públicas em uma tentativa de institucionalizar a extensão nessas universidades, registram sua concepção. Esta assume um caráter mais complexo do que o inicial, sendo compreendido como um processo, e não ações pontuais desvinculadas de um programa ou projeto maior. Processos são organizados, as suas etapas estão interligadas umas às outras, não é algo solto, descolado como a extensão por vezes é tratada. Outra é a ideia de articulação, ou seja, um mecanismo central junto a outras partes, neste caso o ensino e a pesquisa. Sendo integradora torna-se indissociável neste conjunto.

A relação transformadora diz respeito à sua atuação social de forma a transformar uma realidade e não apenas visitá-la, contemplá-la ou estudá-la. Ao final da atuação na sociedade, a universidade retorna com novos saberes, novas questões de pesquisas, com a visão da prática e do social, o que fortalece o ensino e a pesquisa de forma interdisciplinar assim como concebida na realidade.

Em maio de 2012 o FORPROEX divulgou uma Política de Extensão Universitária para as universidades públicas e reformula o conceito de extensão para:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p.15)

Observa-se que a questão de via de mão dupla ora reformulada, agora percebida como um processo de convergência de saberes para além das direções de ir e vir que não necessariamente indicam um encontro.

No contexto das universidades comunitárias que possuem larga tradição em ações assistencialistas, a conclusão da carta de Belo Horizonte decorrente do XIII Encontro e VIII Assembleia Nacional realizado em setembro de 2006 no seu item 8, o FOREXT afirma que a extensão deve:

[...] reafirmar-se como espaço de integração dos saberes acadêmicos - geração e transmissão de conhecimento científico - com a realidade e as demandas sociais, visando à comunicação com a comunidade, de forma a contribuir para a transformação de ambas as dimensões, reforçando o caráter público e filantrópico da educação das IES comunitárias. (FOREXT, 2006, p. 38)

Outro movimento importante que deve ser objeto de atenção quanto à extensão universitária é a meta de assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação sejam cumpridos em programas e projetos de extensão universitária. A proposta consta no projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência 2011 a 2020 enviado pelo governo federal ao congresso em 15 de dezembro de 2010.

Atualmente discute-se uma extensão universitária que permita a interação dialógica com a sociedade, uma atuação interdisciplinar e interprofissional, uma prática extensionista indissociável ao ensino e a pesquisa, que cause impacto na formação do estudante e proporcione efetivas transformações sociais.

A interação dialógica permite uma comunicação para além da entrega de um conhecimento pronto e acabado. Propõe o diálogo em uma intenção de troca e respeito.

A atuação interdisciplinar e interprofissional pensa uma extensão coerente com a realidade. A universidade por vezes projetou na sociedade a sua forma de atuação, no entanto, a prática mostrou que é impossível fazer uma extensão de qualidade se restringindo apenas a uma área do conhecimento. Ao voltar para a universidade, a extensão denuncia o quanto era ou ainda é precária a construção de uma visão sistêmica especialmente nas disciplinas mais tecnicistas. Este fato nos provoca a repensar a qualidade do profissional que se forma. Qualidade esta que é a fundamental contribuição social da universidade.

A extensão agrega valor ao ensino no momento em que extrapola os limites da sala de aula e problematiza uma realidade concreta. O estudante materializa e enxerga sentido nos conteúdos discutidos com o professor e por meio deste olhar da prática, caminha tranquilamente para a pesquisa como uma forma de produzir um conhecimento útil.

Submetida à uma visão crítica, a extensão não pode mais ser praticada independente do ensino e da pesquisa. O ensino e a pesquisa carecem da prática da extensão para proporcionar uma formação completa e de qualidade ao estudante.

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão está presente no discurso oficial desde a Lei nº. 5.540/68. Reafirmada na Constituição Federal Brasileira de 1988, sua operacionalização ainda é um desafio para as IES e não é consenso entre os autores que exista de fato esta relação na prática do docente.

A discussão sobre a indissociabilidade surge desde a perspectiva da prática docente, ou seja, desde a relação que o professor estabelece entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Sobre isso na visão de Pedro Demo (2001), é fundamental que o docente seja um profissional pesquisador, ou seja, que saiba utilizar a pesquisa como expediente permanente de aprendizagem e atualização e não necessariamente seja um pesquisador profissional (DEMO, 2001).

Na mesma linha Botomé (1996) ressalta que a importância da relação entre o ensino e pesquisa está no professor quando este ensina e faz pesquisa.

Por outro lado, Cunha (1989) afirma:

Existem casos de excelentes professores que não possuem ou perderam a vocação para a pesquisa, como também excelentes professores – pesquisadores que não tem vocação para o magistério. Nem por isso, a universidade deveria dispensá-los, em nome de uma idealizada indissociação entre ensino e pesquisa no plano individual. Nem obrigá-los “pró-forma” a fazerem aquilo que não sabem ou não querem fazer. (CUNHA, 1989, p. 136)

Demo (2001) critica a estrutura universitária que assume o docente em muitos casos, apenas como horista, restringindo sua atuação somente à sala de aula. O autor alerta quanto à valorização das condições adequadas para a prática docente. Por outro lado, adverte o comportamento passivo do estudante na absorção apenas do que lhes é entregue, sem a

necessária problematização. O processo avaliativo denuncia um conhecimento reproduzido sem a devida visão crítica. Em suas palavras, “a universidade não se dedica como regra à reconstrução do conhecimento”. (DEMO, 2001 p. 145)

Acredito que muitas atividades de extensão são imbecilizantes, quando reduzem “o social” ao assistencialista, oferecem visão compensatória, extrínseca e eventual de cidadania; reduplicam esforços fora dos departamentos, evitando que atividades próprias sejam realizadas no lugar próprio; trazem para a universidade atividade que seriam de órgãos sociais públicos, sem a devida contextualização educativa e científica; estigmatizam a Extensão como proposta residual ou meramente voluntária; fazem da Extensão a porta de entrada da privatização de esferas públicas; e assim por diante. (DEMO, 2001, p. 155)

Em sua opinião tanto o ensino quanto a pesquisa deveriam ter a preocupação prática e social. Se dessem conta, a Extensão seria desnecessária neste sentido de indissociabilidade.

Botomé (1996) alerta para os cuidados que se deve ter ao descolar a extensão do ensino e da pesquisa na ânsia de atuar nos problemas sociais da sociedade, e afirma que o risco de desviar a função acadêmica ao assumir funções do estado é maior.

Moita e Andrade (2009) relatam uma experiência bem sucedida de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão a partir do estágio em docência nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Indicam este espaço como propício para o exercício da indissociabilidade tendo em vista a necessidade da pesquisa, do ensino e da possibilidade da prática da extensão incluindo a interação com a graduação no processo de formação do docente.

Para os dias atuais este aspecto torna-se ainda mais relevante ao se considerar as políticas de indução propostas no Plano Nacional de Pós-Graduação (2011 – 2020) que versam sobre a integração dos programas de mestrado e doutorado com a educação básica, estímulos à redução de assimetrias regionais, indução de áreas do conhecimento como ciências do mar, comércio exterior, saúde, botânica, inovação em áreas estratégicas como defesa nacional, nanotecnologia, TV digital e engenharias.

A extensão se torna sem dúvida o principal veículo de integração entre uma universidade comprometida com as demandas atuais e futuras nos diversos campos em que atua.

Para Botomé (2001), a extensão “tem o papel de redimir um ensino alienante e uma pesquisa alienada em relação aos problemas e realidades sociais, fazendo aquilo que eles não fazem”, ou seja, vivenciar a realidade e trazê-la para o cotidiano da instituição.

O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a Extensão como momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo estar integrado aos projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular e ser computado para a integralização curricular de docentes. (TAVARES, 2001, p. 78)

Conforme afirma Demo (2001) uma alternativa para superar o ensino alienado e a pesquisa alienante é a reformulação da conduta do professor. É a mudança do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, um professor que só sabe dar aulas, quando chega à comunidade tende a dar aulas, existe a necessidade de ir além do ensino, trazer a pesquisa para a sala de aula, ambos com proposições sociais e práticas.

Vê-se o ensino, somente como o momento de relação entre professor e aluno na sala de aula, onde o primeiro na maioria das vezes em sua condição de autoridade transmite e submete o aluno a sua visão, avalia em função da fidelidade dos conteúdos transmitidos, através de critérios que estimulam muito mais a concorrência do que a solidariedade grupal. A pesquisa por seu lado, é apresentada como forma de uma transmissão criativa do saber, sendo a grosso modo, muito mais uma resultante de esforço individuais que de uma ação institucional. (ROCHA, 1986 p. 175)

Os autores estudados contribuem com a reflexão sobre a extensão ou a não-extensão. Defende-se neste estudo uma extensão de qualidade que só pode ocorrer se estiver articulada com o ensino e com a pesquisa. A gestão da extensão, no entanto deve fornecer subsídios para a sua operacionalização mediante uma estruturação que permita incentivos à sua realização, políticas de financiamento e avaliação para que obtenha uma gestão estratégica dos recursos e resultados. A revisão da literatura do presente estudo aponta para uma gestão que priorize a qualidade da extensão universitária de forma sistemática e contínua que produz resultados mensuráveis e estratégicos para as IES atentas as mudanças dos cenários.

3. Trajetória Metodológica

A trajetória metodológica do artigo apresenta um estudo qualitativo, exploratório e descritivo da gestão da extensão e da articulação desta com o ensino e a pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa multicaso, realizada em três IES particulares, localizadas na região do Grande ABC Paulista. A pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas fazem parte da coleta de dados. A coleta de dados por meio dos documentos das IES (projetos pedagógicos institucionais e sites das IES) possibilitaram identificar as propostas de operacionalização da extensão por meio de algumas ações extencionistas, visibilidade da extensão, formas de divulgação entre outros que posteriormente nas entrevistas foram ora confirmadas ora negadas pelo discurso dos gestores.

As entrevistas foram realizadas no lócus de atuação dos gestores o que possibilitou a observação da estrutura físicas das IES. Foram entrevistados o pró-reitor acadêmico em uma das unidades, em outra a coordenadoria de extensão e assuntos comunitários e o último o diretor administrativo da terceira unidade. O critério para escolha dos sujeitos levou primordialmente em consideração que fossem os responsáveis pelas unidades a fim de se verificar por este viés de gestão, a importância da extensão em especial à sua estrutura e viabilidade orçamentária. As entrevistas duraram em média quarenta minutos cada uma. Foram gravadas em áudio, transcritas, posteriormente enviada aos entrevistados e submetida aos cuidados éticos de pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas possibilitaram abertura de ampliação das perguntas mediante as respostas obtidas com pequena variação na quantidade de perguntas aos entrevistados.

No total foram em média dezoito questões preparadas para as entrevistas. Foram elaboradas a partir de três dimensões: humana, material e sistêmica. Os resultados foram organizados em relatórios individualizados e posteriormente em quadro-síntese, os quais deram a base para a descrição dos resultados e análises finais, conforme preconiza Yin (2005) sobre o desenho da pesquisa na metodologia em estudos de casos múltiplos.

Duas das instituições fazem parte da mesma mantenedora e se caracteriza como privada com fins lucrativos e a terceira também privada, porém, comunitária sem fins lucrativos.

A amostra da pesquisa contemplou 100% das universidades privadas das sete cidades pertencentes à referida região.

Optou-se por estudar as universidades, pois somente estas IES devem atender ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de tal forma que a lei não prevê esta obrigatoriedade para as demais que são os centros universitários, faculdades e demais instituições de ensino superior.

Considerou-se o impacto da relação sociedade e universidade por meio da extensão universitária ao identificar o número de matrículas. De acordo com dados do Censo da Educação Superior (2010), publicados em outubro de 2011, do total das 6.379.299 matrículas (presencial e a distância), o setor privado responde por 4.736.001 (74,2%) contra os 1.643.298 (25,8%) do setor público, somadas as instâncias federais, estaduais e municipais. (BRASIL, 2011)

Além disso, as universidades públicas contam com pró-reitorias de extensão na sua estrutura e processos operacionais institucionalizados. Em sua maioria possuem editais, formulários, eventos específicos e financiamento público assegurado pelo PROEXT - Programa de Extensão Universitária - do governo federal que tem como objetivo apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão que estejam alinhados com as políticas públicas.

Nas universidades particulares não existe um padrão quanto à operacionalização da extensão, portanto, conhecer a extensão e a sua estrutura nestas IES, torna-se uma oportunidade importante de pesquisa.

Os resultados da pesquisa são apresentados a partir de três dimensões: a humana, que descreve aspectos relacionados às pessoas, cargos, formações e capacitações. A dimensão material que descreve os recursos físicos e financeiros. Por fim, a dimensão sistêmica, que evidencia aspectos relacionados aos registros e operacionalização da extensão no interior das IES, por isso mais densa.

Frente aos resultados da pesquisa discute-se a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa diante dos atuais diálogos sobre estas possibilidades de integração.

4. Resultados e contribuições para área de administração

Condição *sine qua non* para a estruturação da pesquisa foi o embasamento teórico sobre a trajetória histórica e conceitual da extensão universitária o que justifica a revisão densa no presente estudo. Buscou-se perceber o tema desde a sua gênese, transformações e problematizações atuais para que se pudesse perceber o papel essencial da gestão neste processo atual de qualificação da extensão e suas imensas demandas de pesquisa.

Os resultados da pesquisa refletem a exploração do tema munido de aporte teórico e metodológico com foco no estado da arte do tema, na regionalidade e projeção de cenários com vistas à contribuição para uma gestão da extensão mais qualificada e estratégica.

O estudo apresenta elementos importantes, do ponto de vista da gestão das IES, no tratamento das funções essenciais da universidade.

As respostas obtidas das questões enquadradas na dimensão humana permite identificar o responsável pela extensão na IES, a forma com que as pessoas são mobilizadas para a extensão e sobre a capacitação das pessoas.

Localizar o nível hierárquico do gestor da extensão é importante para perceber o nível de poder em que as decisões são tomadas.

A pesquisa mostrou que as ações extensionistas são propostas primeiramente nos cursos por professores ou coordenadores denotando uma preocupação pedagógica. Tais propostas são submetidas à aprovação de colegiados e conselhos universitários ou aos dirigentes das unidades essencialmente quanto à viabilidade financeira.

Neste momento a percepção de custos, retorno do investimento, possibilidades de captação de recursos externos e parcerias estratégicas são fundamentais para as IES

particulares. Elas são excluídas de grande parte dos financiamentos públicos apesar de prestarem muitas vezes um serviço público à sociedade.

As capacitações para as pessoas envolvidas com as ações de extensão são inexistentes de forma institucional, exceto em uma dos casos que recentemente incorporou um curso de capacitação em extensão em seu processo interno de atualização profissional de docentes.

Na dimensão material, as respostas obtidas nas entrevistas indicam que as IES não possuem um departamento específico para a extensão e os recursos financeiros são alocados conforme previsão orçamentária o que restringe em muitos casos a continuidade de projetos.

Na maioria das vezes a participação do estudante é voluntária e este recebe certificações como complemento de carga horária para a formação. A participação dos docentes na extensão ocorre na maioria das vezes de forma voluntária, a remuneração geralmente é por valor de hora aula, vinculada ou não a carga horária completa de 40 h semanais.

A dimensão sistêmica apresenta as concepções de extensão dos gestores e os seus principais pontos de atenção, as características da estrutura e das ações da extensão nas IES pesquisadas, as estratégias para o atendimento da indissociabilidade e da interdisciplinaridade, a forma de divulgação e por fim os desafios e contribuições na percepção dos gestores.

Os conceitos verbalizados pelos entrevistados na pesquisa revelam a extensão como um espaço de integração de ensino e pesquisa, uma oportunidade de construção do conhecimento como uma via de mão dupla, o atendimento da sociedade por meio de assistência social, o compartilhamento do conhecimento com a sociedade e a extensão como valor agregado à formação do estudante.

A extensão atualmente está estruturada nas IES por meio de projetos, cursos, prestação de serviços e eventos desvinculados de programas.

A maioria das ações citadas é de caráter permanente nas IES e com fixa previsão orçamentária.

Sobre as estratégias para a prática da indissociabilidade os entrevistados informam a integração curricular e o fortalecimento da pesquisa.

A questão da interdisciplinaridade segundo os entrevistados pode ser percebida nas prestações de serviço e informalmente em alguns projetos. Os maiores desafios citados quanto à gestão da extensão foram financeiros e de continuidade das ações.

Sobre as contribuições que a extensão pode proporcionar para a instituição e para a sociedade as respostas são: o alargamento do espaço e do tempo de atuação da universidade, a troca de conhecimento, a possibilidade de vivência social, a atitude de ir ao encontro do outro, a inserção da universidade, compartilhamento de conhecimento, ajuda, auxílio, amparo, como algo fundamental como retorno para a sociedade.

5. Considerações finais

A gestão das IES, em especial nas particulares preocupa-se essencialmente com a geração de lucro, até por uma questão de sobrevivência. No entanto, uma gestão estratégica pensa em como fazer isso de forma sustentável. Está atenta aos sinais e cenários, fatos e dados que indiquem mudanças importantes do setor.

Analisar a extensão universitária atual significa percorrer a trajetória histórica da própria universidade desde o seu surgimento e perceber os movimentos de comunicação com a sociedade.

As maiores possibilidades de atendimento das atuais diretrizes da extensão ocorrem por meio de programas institucionais. Para além das ações pontuais, nos programas de extensão é possível planejar os mais variados tipos de ações extensionistas integralmente, de forma que as partes são vistas no todo e o todo legitimadas por suas partes.

A contribuição científico-social que se discute neste trabalho é a proposta de uma nova sinergia entre os três pilares da educação superior universitária ao se refletir sobre uma práxis extensionista qualificada, mensurável e que gera resultados estratégicos para as organizações e impactos sociais relevantes.

Referências Bibliográficas

BERNHEIM, C. T. **El Nuevo Concepto de La Extensión Universitaria. In: Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina.** FARIA, D. S. (Org.) Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

BRAGA, U. D. S. O significado da universidade brasileira. Ensaio de história política. **Espaço Acadêmico**, 13 ago. 2011. Disponível em: <<http://espacoacademico.wordpress.com/2011/08/13/o-significado-da-universidade-brasileira-ensaio-de-historia-politica/#comments>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 19 abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931 , 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 abr. 2013.

BRASIL. Censo da educação superior 2010. **Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.**, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

BRASIL. Brasil vai criar Plano nacional para fortalecer extensão universitária. Ministério da Educação. **Brasil.gov.br**, 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/11/10/brasil-vai-criar-plano-nacional-para-fortalecer-extensao-universitaria>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

CALDERÓN, A. I. Universidades Mercantis: A institucionalização do mercado universitário em questão. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.4, n.1, p. 61-72, Mar, 2000.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.

FÓRUM DE EXTENSÃO DOS PRÓ-REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Maio 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>> Acesso em 19 abr. 2013.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E IES COMUNITÁRIAS. **Cartas Forext**. Carta de Belo Horizonte. 2006. Disponível em <<http://www.mackenzie.br/documentos.html>> Acesso em: 19 abr. 2013.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MELO NETO, José F. Extensão universitária como trabalho social útil. **Participação**, ano 6, nº 11, setembro, Brasília: 2002. (ISSN 1677-1893). Disponível em <<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/index.html>>. Acesso em 19 abr. 2013.

OLIVE, A. C. Histórico da Educação Superior. In: (ORG.), M. S. A. S. **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p. 304.

ROCHA, R. M. G. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação**. São Paulo: Cortez, 1986.

ROCHA, R. M. G. **A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. FARIA, D. S. (Org.) Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SAVIANI, D. **Extensão Universitária; uma abordagem não extensionista. In: Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez-Autores Associados, (8): 61-73, jan. 1981.

SCHWARTZMAN, S. **A redescoberta da cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, v. 10 Ensaios de Cultura, 1997.

SERRANO, R.M. S. M. **As tensões na universidade e as pretensões da extensão universitária popular. In: Educação, Extensão Popular e Pesquisa: metodologia e prática**. BAPTISTA, M. G. A; PALHANO, T. R. (Orgs.). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SOUSA, A. L. L. **A História da Extensão Universitária**. 2ª. ed. Campinas: Alínea, 2010.

WARNIER, J. P. **A Mundialização da Cultura**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2003. 184 p. Tradução de Viviane Ribeiro.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.